



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Parecer 39/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Poder Executivo

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Projeto de Lei nº. 028/2025.

Protocolo nº 191

Data: 27/05/2025

Horário: 08:00

Bontex
Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 028/2025: “**Institui gratificação por condução de ambulância aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo de motorista.**”

“Inclui o VI no art. 28 da Lei Municipal n. 1.300/21, com a seguinte redação: VI – Gratificação de 0,5 (meio) VPR (valor padrão de referência) para 04 (quatro) servidores, ocupantes do cargo de motorista, nomeados para a condução de ambulâncias”.

1. RELATÓRIO:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 07 de maio de 2025, sob o protocolo nº 171, tendo sido lido em sessão ordinária realizada na data de 12 de maio de 2025, com posterior encaminhamento à Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo para análise.

A proposta legislativa objetiva instituir gratificação por condução de ambulância aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo de motorista, mediante acréscimo de dispositivo à Lei Municipal nº 1.300/2021. A gratificação ora prevista será de 0,5 (meio) VPR (valor padrão de referência) para 04 (quatro) servidores ocupantes do cargo de motorista nomeados para a condução de ambulâncias.

A Comissão se reuniu em 26 de maio de 2025, ocasião em que analisou a conformidade orçamentária e financeira da proposição, conforme determina o Regimento Interno.

É o breve relato.

2. PARECER:

A análise orçamentária e financeira do projeto deve ser conduzida à luz do que dispõe a **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)**, especialmente seu art. 16, que exige, como condição para aprovação de atos que impliquem aumento de despesa:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso em análise, constam nos autos: (a) estimativa detalhada de impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2025 a 2027, com projeções sobre a receita corrente líquida e os limites legais de despesa com pessoal; e (b) declaração subscrita pelo Prefeito Municipal, na qualidade de ordenador da despesa, atestando a compatibilidade da medida com o PPA, a LDO e a LOA.

Além disso, o relatório técnico anexo demonstra que a medida proposta não compromete o equilíbrio fiscal do Município, estando em conformidade com os limites estabelecidos nos arts. 19, 20 e 22 da LRF, especialmente no tocante ao percentual de comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal.

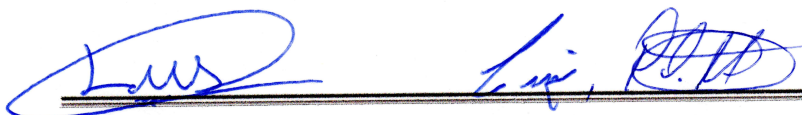
Adicionalmente, verifica-se que há previsão da despesa nas peças orçamentárias vigentes e que a proposta respeita as metas fiscais do exercício, conforme exposto na análise técnica constante nos autos.

Dessa forma, a iniciativa legislativa mostra-se financeiramente viável, estando em conformidade com a legislação fiscal e orçamentária vigente.

3. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica do projeto de Lei nº 028/2025, razão pela qual o relator, Ver. Paulo Israel, emite o presente parecer **FAVORÁVEL** à matéria em análise, opinando pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** da proposição, a fim que seja encaminhado ao Plenário para votação.

É o Parecer.



Chувиска (RS), 26 de maio de 2025.



Luciano Morais Silva
Presidente



Paulo Israel Longaray Martins
Relator



Luiz Carlos Westphal Dummer
Secretário